

GRATER – Associação de Desenvolvimento Regional

OLHAR O MUNDO RURAL

N.º 25 junho/19



ESPAÇO ASSOCIADO
**Associação agrícola
em busca da
sustentabilidade**

PÁGINA 3



PROJETOS EXEMPLARES
**Bolos lêvedos
à moda
da Terceira**

PÁGINA 6

PÁGINA 4 E 5

MAGDA PORTA, CONSULTORA

DESENVOLVIMENTO LOCAL COMPLEMENTA POLÍTICAS DE LONGO PRAZO



PRORURAL+





FÁTIMA AMORIM
Vice-Presidente do Conselho
de Administração da GRATER

editorial

O Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC/LEADER) e o futuro

Aproximando-se do fim o atual período de programação o futuro do LEADER está em discussão em vários fóruns Europeus, nomeadamente a sua importância para o desenvolvimento dos territórios e a seu contributo para uma maior coesão social e territorial.

A iniciativa comunitária LEADER teve início em 1991 e assentou em sete princípios base: Abordagem Ascendente; Abordagem Integrada; Parceria, Territórios, Trabalho em Rede; Inovação e Cooperação.

Decorreram 28 anos e é da mais elementar justiça reconhecer e valorizar o trabalho de proximidade que os grupos de ação local têm realizado com as populações, contribuindo para a criação de emprego e de melhores condições de vida nas zonas rurais.

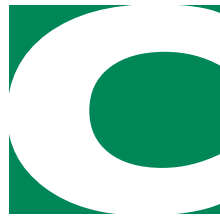
Atualmente o LEADER na Europa conta com 2 648 grupos de ação local e representa 9,8 mil milhões de euros em termos de orçamento, abrangendo 175 milhões de habitantes.

Em Portugal eram 20 os grupos de ação local no período entre 1991 e 1994, cobrindo menos de 40% do território, atualmente são 60 e abrangem mais de 90% do território.

Atualmente nos Açores são 4 os grupos de ação local, ADELIADOR, ARDE, ASDEPR e GRATER, abrangendo a totalidade do território regional e as suas populações. Realizou-se nos dias 21 e 22 de maio, na ilha da Madeira, um importante encontro intitulado "DLBC/LEADER", onde foram apresentadas as conclusões das avaliações realizadas ao LEADER em Portugal e debatidas as problemáticas associadas a essa abordagem.

Para o futuro devemos todos acompanhar a ELARD (European LEADER Association for Rural Development,) na sua luta pela criação de um programa operacional, por uma simplificação de procedimentos e pela criação de um fundo de reserva "LEADER/DLBC".

Só assim acredito que teremos um programa LEADER mais eficiente e eficaz na resposta aos desafios que o meio rural enfrentará e permitindo um maior envolvimento dos cidadãos no desenvolvimento dos seus territórios.



Curiosidades... ...do mundo rural

Os altares do Espírito Santo

Passam cinco dias desde a Segunda-feira do Bodo – Dia dos Açores – mas já já algumas semanas que os foguetes no céu e as bandeiras à soleira das portas assinalam as festas religiosas mais importantes da Região. As celebrações do Espírito Santo são uma marca indelével da açorianidade e o simbolismo do culto não esmorece nem no tempo, nem no espaço.

Há já algumas semanas, portanto, que as famílias açorianas se dedicam à reza dos terços em torno de altares construídos com esmero. De flores naturais ou de papel, de tecido e velas, os altares são uma das partes mais fundamentais das celebrações.

Quem o diz é o vigário-geral da Diocese de Angra, também autor de uma tese de doutoramento sobre o Espírito Santo.

"O culto ao Espírito Santo é, essencialmente, o altar e as esmolas. O altar é a glorificação do divino, uma função essencial das celebrações; a outra é a dispensa, que representa a caridade

e a esmola. Se falta uma das duas, o culto não fica completo", sustenta Hélder Fonseca Mendes.

De resto, não há grandes regras: a conceção dos altares "não está formalizada em teoria". Mas há pontos que, segundo Hélder Fonseca Mendes, devem ser respeitados. O destaque da coroa é um deles.

"A ideia que temos de altar é a ideia de trono, que é uma ideia construída do barroco. Depois há tudo o resto: as velas, as flores, o cedro, a bandeira na base, a vara e as tochas", sublinha o vigário-geral da Diocese de Angra.

É verdade, também, que as tradições de ornamentação diferem consoante as freguesias onde se presta o culto – nos lugares junto ao mar, por exemplo, talvez se opte por motivos marinhos. Mas mesmo com as devidas diferenças, há dois elementos que não mudam na criação dos altares do Espírito Santo: o respeito e a dedicação.





Associação Agrícola da Ilha Terceira

Acima de tudo deve estar a sustentabilidade

A Associação Agrícola da Ilha Terceira existe para proteger os produtores de leite e de carne. O organismo tem pugnado pelo rendimento justo dos agricultores, mas também – muito – pela sustentabilidade do setor.

José António Azevedo, atual presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira, corrige-nos logo em início de conversa: a defesa dos interesses dos produtores não é uma das principais missões da organização – a defesa dos interesses dos produtores é a principal missão da organização. A sustentabilidade do setor, e o consequente rendimento justo dos agricultores, são duas das grandes batalhas daquele organismo associativo.

A Associação Agrícola da Ilha Terceira, que começou a tomar forma em 1974, existe com o objetivo de dar ferramentas aos produtores – informação, formação, apoio no terreno – para que possam produzir com custos mais baixos, garantindo, assim, a sustentabilidade das suas explorações. Neste momento, há 950 sócios que contam com a ajuda da organização, mas também com a sua intervenção nas questões que mais influenciam o setor.

“Nós tentamos realçar o que é fundamental no associativismo: ser uma força junto do poder político e da opinião pública, nomeadamente na tomada de decisões que nos dizem respeito. Nós percebemos que os produtores veem na Associação Agrícola da Ilha Terceira um mecanismo de apoio à sua atividade”, avança o responsável. E há, de facto, matérias nas quais o organismo tem vindo a intervir, com o intuito, inclusive, de modificar a forma como a indústria olha para a produção agrícola terceirense.

“Neste momento, o preço pago à produção, na Terceira, é o pior preço pago na Europa. Para além disso, foram-nos impostos limites, o que é um grande entrave ao desenvolvimento e à revitalização do setor na ilha, porque inibe a entra-



da de jovens na atividade”, considerou José António Azevedo.

Trata-se, no entanto, lamenta, de uma batalha às vezes ingrata. “É um trabalho que não é fácil, nomeadamente na Terceira, onde nós reivindicamos contra um gigante da indústria”, recorda.

O facto é que o futuro da agricultura pode, efetivamente, estar em risco, entende o responsável associativo. Sem perspectivas, sem um setor jovem e renovado, a produção agrícola pode não conseguir ultrapassar a névoa que a ameaça. “Ninguém é agricultor por acaso. Trabalha-se 365 dias por ano, não é um emprego das nove da manhã às cinco da tarde e se não for para terem um bom rendimento, os jovens fogem do setor – é natural. É por isso que temos de dar-lhes garantias. Ou isso, ou ficamos sozinhos”, atenta.

No que diz respeito à carne, e em-

bora haja um bom escoamento e fluidez no mercado, importa apostar na valorização dos produtos – trabalho que, refere o presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira, já está a ser desenvolvido, nomeadamente com a organização de “masterclasses” que versam sobre a preparação e a confeção do produto.

Para além de tudo isto, lembra José António Azevedo, há ainda que lidar com todos os temores das dietas que deixam de lado o leite e as carnes vermelhas. “É uma questão de mentalidades e é importante não nos deixarmos levar por campanhas difamatórias. O consumidor tem de se informar – a roda dos alimentos não foi feita por pessoas do setor, mas privilegiou os produtos lácteos, por exemplo. E nem a intolerância à lactose é desculpa para não os consumir, porque já há uma gama muito

grande de produtos sem essa componente”, referiu.

Associado da GRATER desde que a associação de desenvolvimento regional foi criada, o organismo de defesa dos agricultores terceirenses vê nesta parceria uma relação com potencial. Importa, diz José António Azevedo, que a União Europeia consiga acompanhar as necessidades das regiões ultraperiféricas como os Açores, dotando os grupos de ação local de meios que lhes permitam apoiar ideias de interesse para o território.

“A importância da GRATER é visível, mas é pena que não tenha cabimento orçamental para dar conta de todos os projetos interessados e, até, projetos de maior dimensão. Seria importante que, no futuro, a associação pudesse estar apetrechada com um orçamento capaz de dar resposta a todas essas candidaturas”, sustentou.

Magda Porta, coordenadora do relatório intercalar da GRATER

Estratégias de Desenvolvimento Local complementam políticas estruturais

Magda Porta, especialista em avaliação e assistência técnica no âmbito das políticas de desenvolvimento rural, é responsável pela coordenação do relatório intercalar da GRATER. Defende que as Estratégias de Desenvolvimento Local não são a solução para todos os problemas e que há que apostar em políticas de longo prazo para resolver problemas estruturais.

Coordenou a avaliação intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local (EDL), no âmbito do DLBC Rural, implementada pela GRATER. Qual é a importância, na sua opinião, da realização destas avaliações?

Eu sou uma grande fã deste processo, ao contrário, até, de muitos técnicos do setor agrícola e do desenvolvimento rural. É um processo complicado, complexo, mas interessante. Na minha perspetiva, enquanto avaliadora, acho que é importante, em termos formais, para dar transparência a toda implementação e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local. Por outro lado, trata-se de uma oportunidade para mostrar os resultados e os impactos da implementação dessas mesmas estratégias nos territórios, quer aos decisores políticos, quer aos decisores técnicos, quer às comunidades envolvidas. Entendo, ainda, que é uma ótima oportunidade para os técnicos dos Grupos de Ação Local aprenderem um pouco, capitalizarem o seu conhecimento em relação ao território, aos tipos de apoios que funcionam melhor, ao tipo de entidades e de beneficiários que vão surgindo nestes processos de desenvolvimento. Para além disso, é uma ótima oportunidade para o Grupo de Ação Local entender como é que funciona a relação dos beneficiários e potenciais beneficiários com os fundos comunitários. De um ponto de vista mais pessoal e mais técnico, tenho um grande interesse nestes mecanismos de implementação dos apoios comunitários, nomeadamente em poder perceber como é que os Grupos de Ação Local os fazem, como é que os potenciais beneficiários entendem o que é que são os fundos comunitários e, claro, na demonstração dos efeitos.

Que elementos são monitorizados nestes processos?

Todos. Eu trabalho com um conceito de avaliação que é um mix, numa perspetiva quantitativa e



qualitativa. Em Portugal continental e nas regiões autónomas os elementos estatísticos e de recolha de informação são parcos – há um sistema de avaliação e monitorização obrigatório ao nível europeu, que é o mínimo indispensável, e, depois, os programas e as estratégias têm a liberdade para adicionar elementos de avaliação: os indicadores, os critérios e outras questões. No entanto, não o fazem, por um lado, devido a um relativo desconhecimento do que é que pode ser mais útil e, por outro, de como formar esses indicadores. Por isso, temos de optar, às vezes, por uma avaliação mais quantitativa ou mais qualitativa – neste caso, foi qualitativa. Observamos tudo, desde as realizações, o número de projetos, a execução física e financeira, os resultados – aquilo que vamos apreendendo quer dos formulários de candidatura, quer daquilo que os beneficiários se propõem alcançar, quer do que se vai

observando no território. Sendo uma avaliação qualitativa trata-se sempre de uma aproximação aos potenciais efeitos que as ajudas podem ter. Ainda assim, avaliamos tudo: a execução física e financeira, a capacidade de absorção, a forma como os beneficiários entendem o desenvolvimento rural, a leitura que os beneficiários fazem dos Grupos de Ação Local, o que é que entendem pela abordagem LEADER, o trabalho da equipa técnica local, a sua eficácia, como é que lida com os processos de análise, como é que interage com os parceiros... Observamos tudo, desde a conceção ao momento em que se faz a avaliação.

As conclusões que decorrem destas avaliações deveriam nortear, em alguns casos, uma mudança de rumo dos Grupos de Ação Local?

Estes processos de avaliação também são úteis para fazer ajusta-

mentos na estratégia se se revelarem necessários. Não está aqui em causa uma mudança de rumo. Podemos falar, sim, de ajustamentos, por exemplo, na reafetação de algumas dotações financeiras, nos critérios de elegibilidade – ajustamentos que não são muito visíveis em termos da própria estratégia. No caso da GRATER, temos uma coordenação e alguns parceiros muito atentos, muito dinâmicos, muito proativos, que se importam e dão atenção ao processo de avaliação. Costumo dizer que os processos de avaliação têm a importância que as coordenações das autoridades de gestão lhes dão. Neste caso, a GRATER é um Grupo de Ação Local que tem uma coordenação, uma estrutura técnica local e alguns dos parceiros que vão estando mais próximos da coordenação, bastante interessados neste processo.

Quais foram as principais con-

conclusões a que foi possível chegar na avaliação intercalar da EDL implementada pela GRATER?

Primeiro, a GRATER está relativamente limitada em termos de animação devido a restrições financeiras – não são graves, como é óbvio, mas há uma medida que apoia o desenvolvimento dessas iniciativas que, de facto, não tem uma dotação financeira muito flexível. De qualquer forma, isso pode não se notar muito, porque a GRATER tem uma estrutura técnica dinâmica e proativa. Chegámos à conclusão, ainda, que a estratégia é muito coerente com o diagnóstico que foi feito. Há que ter em conta, também, que neste processo, quanto mais dotação financeira houver, mais se executa, e é preciso ter muita atenção à seleção dos projetos que vão ser apoiados. Nesse aspecto, penso que a GRATER tem critérios de seleção bastante próximos da estratégia, e é isso que se quer. Ainda que com algumas dificuldades no início da implementação, a estrutura técnica local teve uma grande capacidade de se adaptar aos procedimentos do novo período de programação – é uma equipa com um ritmo ótimo de trabalho. A única coisa que nós notámos que é, talvez, menos positiva, é o envolvimento dos parceiros neste modelo de gestão e de implementação. Um Grupo de Ação Local é formado por umas dezenas de parceiros que, supostamente, estariam muito envolvidos num processo único de desenvolvimento. De facto, essa proximidade à estratégia não se verifica: são parcerias, por vezes, alargadas, com parceiros que podem ter mais ou menos interesse na implementação deste tipo de processos, mas que depois têm as suas vidas, os seus trabalhos, as suas preocupações e a estratégia acaba por ser quase um complemento à sua atividade. Outra coisa que considerámos muito importante foi o apoio que a estrutura técnica local dá aos seus beneficiários: são pessoas atentas, dadas a esclarecimentos, que não deixam os beneficiários sem resposta – embora as respostas possam demorar um bocadinho mais porque, às vezes, não dependem da estrutura técnica local. A estrutura foi considerada pelos beneficiários como extremamente útil, o que é bastante positivo – mesmo ao nível da conceção das candidaturas (o Grupo de Ação Local não pode estar envolvido, mas pode esclarecer determinadas coisas).



Temos ainda outras conclusões. Por exemplo: há uma tipologia de projetos que pode ser apoiada pelo Grupo de Ação Local, pelos parceiros de desenvolvimento local, e pelo Programa Operacional regional, o Açores 2020, na parte do FEDER e tem-se notado alguma preferência pelo FEDER, porque tem outras taxas de cofinanciamento. Há alguma sobreposição de apoios nestes territórios que é preciso evitar, ou seja, é preciso esclarecer melhor qual é a fronteira, porque isso pode trazer eficácia ao processo. Tem a ver, também, com o contributo dos projetos: há uns que contribuem mais para os objetivos da estratégia, outros menos, mas nós considerámos que a quase totalidade dos projetos, embora esteja de acordo com a estratégia, não tem aquela capacidade de produzir os resultados que se pretendem. É preciso, também, fazer uma monitorização ao longo do tempo e ver como é que esses projetos se comportam na produção de resultados. Também avaliámos o valor acrescentado e a abordagem LEADER e, de facto, este é um Grupo de Ação Local que valoriza imenso a animação e a proximidade com os seus potenciais beneficiários, com as suas comunidades e decisores políticos e, portanto, no final da avaliação foi considerado como um ator importante no desenvolvimento rural do território de intervenção. Esta é a conclusão mor, porque também é percecionada pelos agentes do desenvolvimento rural.

Um dos aspetos avaliados nestes processos é a adequação da estratégia às necessidades dos territórios. No caso da GRATER – que abrange os territórios das ilhas Terceira e Graciosa – consideraria, portanto, que a EDL dá resposta às necessidades identificadas?

O desenho da estratégia foi baseado num diagnóstico que é muito compreensivo, muito completo, muito próximo das realidades e das dinâmicas, até muito detalhado. Da perceção da avaliação, de facto, encontra-se de acordo com as necessidades dos territórios. No entanto, há que ter em atenção o outro lado: a capacidade que as comunidades rurais têm para apreender ou para absorver esta tipologia de apoios. Nós notamos que a Terceira tem bastante dinâmica, até porque tem muito mais população e em termos socioeconómicos também é mais ativa; depois temos a Graciosa que tem dinâmicas menos acentuadas, quer na componente agrícola, quer na componente dos serviços e, por isso, tem mais dificuldade em absorver este tipo de apoios, ou seja, não apresenta tantas candidaturas, até porque não há tanta massa crítica para perceber como é que funcionam estes apoios. A estratégia da GRATER está mais vocacionada para o desenvolvimento económico, para o apoio às micro e médias empresas, em desenvolver economicamente a Região como uma base para o desenvolvimento social. A única coisa que

terá ficado mais de fora nesta estratégia, relativamente ao período de programação anterior, foi a componente de apoio de natureza mais social – o anterior período de programação tinha mais abertura, este tem menos. Não se pode interpretar esta Estratégia de Desenvolvimento Local como a solução para tudo, porque é impossível, até porque os recursos financeiros são limitados e há que ter em atenção que os projetos têm de ter alguma sustentabilidade, e embora pensando que se resolve uma situação no imediato, a Estratégia de Desenvolvimento Local tem de pensar numa solução a longo prazo, pelo que os próprios beneficiários também têm de entender isto não como ajudas que vão buscar, mas como apoios que têm de ter o seu retorno. Portanto, eu diria que sim, a estratégia dá respostas, mas os problemas mais estruturais são mais complicados de resolver – sendo que as Estratégias de Desenvolvimento Local têm um carácter mais de curto, médio prazo, enquanto há políticas que devem ser estruturalmente implementadas, ao longo dos anos, para conseguir solucionar alguns destes problemas.

Diria que os constrangimentos verificados na implementação da EDL pela GRATER são semelhantes a outros de outros Grupos de Ação Local no país - nomeadamente nos Açores?

Os constrangimentos que encontramos não são tão evidentes no caso da GRATER devido ao seu dinamismo, devido à sua proatividade – não é uma equipa técnica local que baixe os braços perante as dificuldades, pelo contrário. Estamos a falar aqui de constrangimentos das dotações financeiras, nomeadamente da animação, mas também da complexidade dos processos, quer das candidaturas, dos pedidos de apoio, quer dos pedidos de pagamento. São processos que estão muito burocratizados, têm um peso administrativo enorme e há menos disponibilidade para os elementos da estrutura técnica local se dedicarem a outras atividades que não a atenção à execução física e financeira. Estes são os principais constrangimentos que limitam muito a atividade do Grupo de Ação Local. São constrangimentos próprios dos Açores, mas que se agravam no continente, porque o continente trabalha com três fundos e o peso administrativo é maior.

Padaria de Maria Idália Amaral

Bolos lêvedos made in Terceira

Maria Idália Amaral começou a fazer bolos lêvedos quando, na Terceira, ainda pouca gente os consumia. Corria o ano de 1998 e a padaria começava, também, a construir-se em sua casa: a máquina de amassar na despensa, as pequenas placas de cozer na cozinha.

A primeira receita que pôs em prática veio do Canadá, das mãos de uma cunhada lá emigrada, que fazia bolos lêvedos para matar saudades das ilhas. Mais tarde, numa visita a São Miguel, passou por uma padaria especializada nessa iguaria que é imagem de marca das Furnas, na Povoação.

Foi por essa altura que fez uma parceria com uma produtora, precisamente, de bolos lêvedos. Maria Idália Amaral, que se dedicava ao fabrico de pão, distribuía o produto pelos consumidores que lho pediam. Só que a produtora deixou a Terceira e o gostinho pelo bolo micalense ficou.

“Os clientes continuaram a pedir e eu não gosto de deixar as pessoas mal. Eu tinha ideias, tinha talento e comecei a fazer. Mas é muito difícil começarmos um negócio quando o produto ainda não é muito conhecido. Temos de ser persistentes. A verdade é que os bolos lêvedos não eram muito consumidos na Terceira



e demorou até que as pessoas os começassem a comprar”, conta.

Entretanto, criou a padaria no prédio onde vive, em São Bento – tendo, para isso, recorrido ao financiamento europeu – e foi crescendo. Hoje, vende para hipermercados e supermercados, hotéis e outros estabelecimentos. Dada a evolução que o negócio tem vindo a registar, Maria Idália Amaral decidiu avançar

com a compra de duas novas placas de cozedura, mais eficientes, e uma nova carrinha de distribuição. Fê-lo com a ajuda da GRATER, que participou o projeto a 70%, num montante de apoio de 21.488,48 euros. Uma ajuda que a empresária considera fundamental. “Nós podemos ter as ideias, mas sem esse apoio fica mais complicado. Foi a melhor coisa que poderia ter feito”, garante.

Município da Praia da Vitória

Mais condições para os agentes económicos

Às vezes, pequenas mudanças podem ser grandes ajudas para impulsionar e dar visibilidade aos negócios locais. Por isso, e por saber que os empresários e artesãos do concelho e da ilha Terceira apresentam os seus produtos, frequentemente, nos eventos promovidos pela autarquia, a Câmara Municipal da Praia da Vitória decidiu investir na elaboração de 12 quiosques com melhores condições para que os setores empresarial, gastronómico e artesanal possam mostrar-se ao público.

Trata-se, no fundo, de barraquinhas de fácil montagem, destinadas à organização de eventos, de feiras, de exposições e venda de produtos. Os quiosques, mais higiénicos e seguros, foram construídos a partir de materiais regionais (madeira criptoméria), com produtos de acabamento amigos do ambiente, e dotados de infraestruturas para fornecimento de água, eletricidade (iluminação de baixo

consumo) e esgotos. São, enfim, equipamentos melhores para melhorar, também, os acontecimentos no concelho – e que decorrem das parcerias estabelecidas entre o município e a Cooperativa BioAzórica, a Associação dos Jovens Agricultores Terceirenses, a Fundação do Ensino Profissional da Praia da Vitória e a Associação do Salão Teatro Praiense.

O pedido de apoio enquadrou-se

no objetivo da intervenção 7.2 do PRORURAL+, aumentar o acesso das populações aos serviços que integram uma componente fundamental na construção da igualdade dos níveis de vida e da integração social das populações, bem como nos objetivos do aviso 7: criar condições para a instalação e apoio a atividades económicas; proporcionar melhores condições de utilização dos equipamentos

existentes, renovados e novos serviços; e dinamizar serviços de animação cultural e recreativa de base local.

O investimento total de €56.647,20, dos quais €50.000 foram considerados elegíveis (com uma taxa de comparticipação de 80%), permitiu já melhorar as condições em que os empresários e artesãos da Terceira se dão a conhecer ao público.



GRATER apresenta estratégia de cooperação no encontro DLBC/LEADER

A GRATER apresentou, no passado dia 21 de maio, no II Encontro de Desenvolvimento Local de Base Comunitária a sua estratégia de cooperação. Na Madeira, onde estiveram reunidos Grupos de Ação Local, a associação de desenvolvimento regional das ilhas Graciosa e Terceira falou sobre os projetos “Reducing the distance: short supply chain between land and sea - Reforçar os circuitos alimentares nas modalidades de venda direta e indireta”, “Smart islands - destino turístico inteligente” e “Cultivar e cooperar - aprendizagem através de intercâmbios”.

Fátima Amorim, vice-presidente do conselho de administração da GRATER, falou no âmbito do painel que se dedicou à temática “Abordagem DLBC/LEADER - Boas práticas, inovação e cooperação”, no qual participaram, ainda, os Grupos de Ação Local ACAPORAMA e ADRAMA da Região Autónoma da Madeira, bem como o DUECEIRA, Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça.

O Encontro de Desenvolvimento Local de Base Comunitária DLBC/LEADER, que aconteceu nos dias 21 e 22 de maio, foi organizado pela Autoridade de Gestão do PRODERAM 2020/Secretaria Regional da Agricultura e Pescas, Governo Regional da Madeira, em colaboração com a Rede Rural Nacional e a Federação Minha Terra. O primeiro dia de reunião arrancou com uma discussão sobre “A Execução e Avaliação da abordagem DLBC/LEADER 2014/2020” com as Autoridades de Gestão dos três programas rurais – PDR 2020, PRO-RURAL + e PRODERAM 2020 – bem como com apresentações dos avaliadores dos respetivos programas. Nesse painel, aliás, foi possível con-



cluír que, no que diz respeito às execuções dos programas, na submedida 19.2, o PRORURAL+ apresenta uma taxa de execução de 39,89% para uma taxa de compromisso de 87,33%; o PRODERAM uma taxa de execução de 15% para uma taxa de compromisso de 45%; e o PDR 2020 uma taxa de execução de 10% para um compromisso de 37%.

Para além disso, os avaliadores destacaram a importância dos Grupos de Ação Local na promoção do desenvolvimento rural, tendo apontado, ainda, oportunidades de melhoria, por forma a criar valor acrescentado.

O último painel abriu uma janela de reflexão sobre “O futuro do DLBC/LEADER”. Eduardo Diniz, diretor-geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral, debruçou-se sobre as principais alterações da medida, nomeadamente sobre o facto de os pagamentos virem a ser baseados em resultados (atualmente são baseados em critérios de elegibilidade); de as regras de controlo e sanções passarem a ser definidas pelo Estado-Membro e não pela União Europeia; de o objetivo do DLBC

ficar clarificado; de os adiantamentos passarem a ser para qualquer tipo de apoio e não apenas para investimento e animação.

Já o representante da Direção-Geral da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, Hugo Almeida, abordou a questão dos objetivos específicos da abordagem DLBC, constantes da proposta de Regulamento das Disposições Comuns: “Para melhor mobilizar o potencial ao nível local é importante reforçar e facilitar o DLBC. Para tal, devem ser consideradas as necessidades e as potencialidades locais, assim como as características socioculturais relevantes, prever respostas para as mudanças estruturais, reforçar as capacidades comunitárias e incentivar a inovação. A cooperação estreita e a utilização integrada dos Fundos para a consecução das estratégias de desenvolvimento local devem ser reforçadas. É igualmente essencial que os Grupos de Ação Local, que representam os interesses das comunidades, sejam responsáveis pela conceção e execução de estratégias DLBC. Para facilitar um apoio coordenado através dos diferentes Fundos a favor das estratégias de desenvolvimento local de base comunitária, e facilitar a sua execução, importa facilitar a utilização de um ‘fundo principal’”.

A Federação Minha Terra, por seu turno, sublinhou a necessidade de, no próximo período de programação, 2021/2027, ser necessário corrigir a operacionalização do LEADER multifundo.

O encontro na Madeira terminou com a visita a projetos das Estratégias de Desenvolvimento Local dos Grupos de Ação Local da Madeira.

Agricultores participam em workshop sobre pastagens e forragens

A cultura do milho nos Açores, pastagens permanentes e temporárias e alterações climáticas foram as questões abordadas no workshop sobre pastagens e forragens, organizado pela GRATER no âmbito do projeto de cooperação LEADER “Cultivar e Cooperar”, na sede da Associação de Jovens Agricultores Terceirenses, no passado mês de maio.

Na formação relacionada com o milho – cuja área de cultura tem vindo a aumentar nos últimos anos – pretendeu-se dotar os participantes de conhecimentos necessários para a escolha das variedades mais apropriadas às condições edafoclimáticas da Região, bem como ajudá-los a identificar as práticas mais adequadas, no sentido de aumentar a produtividade.

Já no que diz respeito às pastagens permanentes e temporárias, o objetivo do workshop passou por disponibilizar os conhecimentos necessários à escolha das variedades mais apropriadas, também, às condições edafoclimáticas do arquipélago, assim como à identificação das práticas de culturas e de manejo mais adequadas.

Na última parte da formação, sobre as alterações climáticas, os participantes puderam ouvir falar do contributo da agricultura para a atenuação do problema, bem como sobre as mudanças a introduzir no setor para que ele se mantenha sustentável e amigo do ambiente.

Em cima da mesa estiveram temas como as sementeiras, a fertilização, o controlo de infestantes e pragas, colheita e silagem, e conta de cultura; a importância das pastagens e pastagens sustentáveis, tipos de culturas pratenses, principais espécies pratenses, instalação e manutenção de pastagens temporárias e permanentes, curvas de produção das pastagens, normas de pastoreio; evolução do clima e cenários futuros, adaptação do setor agrícola às alterações climáticas, a agricultura e os desafios da neutralidade nos Açores, e o caso da bonivicultura de leite num cenário de alterações climáticas.



GRATER mantém presença em eventos relevantes na Terceira

A GRATER voltou a participar na Feira da Família (a sexta edição), uma organização das valências educativas da Santa Casa da Misericórdia da Praia da Vitória. A associação de desenvolvimento regional levou ao evento o Major Planeta, mascote do projeto “Desliga a luz, liga-te ao planeta”, que pretende chamar a atenção para as questões da poupança energética.

A Feira da Família, que decorreu a quatro de maio, propôs várias iniciativas para realizar em conjunto, nomeadamente jogos, experiências científicas, observação de aves e sessões fotográficas.

A associação marcou presença, também, na

AGROTER, a Feira Agrícola da Ilha Terceira que aconteceu de 30 de maio a 2 de junho. No espaço da GRATER foi possível conhecer alguns dos projetos desenvolvidos pelo organismo, nomeadamente o Craft & Art e os que estão associados ao DLBC Costeiro, implementado na Terceira e na Graciosa pela GRATER Mar.

A GRATER participou, ainda, na VI Biofeira, organizada pelo associado BioAzorica Crl, que decorreu de 7 a 9 de junho junto ao Paul da Praia da Vitória. A feira, recorde-se, tem como principal propósito a divulgação, promoção e reflexão sobre o modo de produção biológico.



Associação convoca assembleia-geral na Graciosa

O Multiusos da Graciosa, em Santa Cruz, acolheu, no passado mês de abril, a assembleia-geral ordinária da GRATER. No encontro foi apreciado e votado o Relatório de Execução do PRORURAL+ de 2018, bem como o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício do mesmo ano. Para além do debate de outros assuntos de interesse para a associação de desenvolvimento regional, procedeu-se, ainda, à avaliação intercalar da Estratégia de Desenvolvimento Local ao DLBC Rural.



Parceiros do Craft&Art reúnem-se na Madeira

Decorreu, nos passados dias três e quatro de maio, na ilha da Madeira, o quarto encontro de parceiros do Craft&Art. Na reunião, que contou com a participação da GRATER – beneficiária principal – não só se procedeu à apresentação das atividades executadas, como também se avançou com a análise da execução financeira deste projeto de cooperação desenvolvido no âmbito do INTERREG MAC 2020. Foi discutido, ainda, o plano de atividades 2019/2020, bem como o evento que vai marcar o final do projeto. O parceiro anfitrião organizou ainda um conjunto de visitas a ateliers de artesãos para mostra da realidade do artesanato daquela região.

O Craft&Art – que, para além da GRATER, conta ainda com a ADELIAÇOR, o Centro Regional de Apoio ao Artesanato dos Açores, o Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, a Fundação para a Etnografia e Desenvolvimento do Artesanato das Canárias e o Centro Nacional de Artesanato e Design de Cabo Verde – pretende fomentar a produção de matérias-primas, capacitar as pequenas e médias empresas desta arte no que respeita aos conhecimentos técnicos, de gestão e de marketing empresarial, e contribuir para a afirmação do produto artesanal nos mercados locais e internacionais, abrindo novos circuitos de comercialização.

Futuro do artesanato no Atlântico debatido em simpósio

O Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira promoveu, no passado dia três de maio, um simpósio subordinado ao tema “Artesanato no Atlântico – Rumos e Inovação”. A iniciativa decorreu no âmbito do projeto INTERREG MAC 2020, Craft & Art.

O encontro, dedicado ao artesanato regional, contou com a participação da GRATER. Em discussão estiveram questões como “As políticas de estímulo ao artesanato em Portugal”; “As tendências de moda, design e mercado para o artesanato”; e “As intervenções de inovação, valorização e qualificação do artesanato”. Foram apresentados, também, casos práticos e projetos de sucesso nesta área.

O simpósio partiu do pressuposto de que as artes e ofícios tradicionais são um setor cultural e económico relevante nas cadeias de produção das regiões atlânticas, merecendo, por isso, uma re-

flexão sobre os desafios que o mercado global apresenta. Pretendeu-se, neste sentido, proporcionar aos artesãos um espaço de debate sobre os novos desafios e rumos que se apresentam ao artesanato como marca da identidade de uma região.

Participaram, ainda, neste encontro na Madeira, outros representantes dos Açores, das Canárias e de Cabo Verde.

